

Reunião Ordinária – Ata nº 13/2015

Data – 2015-06-30

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 11.20 horas

Presenças:

Presidente João Carlos Caseiro Gomes (em substituição)

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luis Filipe Correia Dias
Luís Nuno Ablú Dias (em substituição)
Avelino Manuel Conceição Manana

A Técnica Superior – Catarina Alexandra Justino Santos

Faltas justificadas: Não estiveram presentes a Presidente da Câmara, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, por se encontrar em serviço oficial e a vereadora Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório, por motivos profissionais.



Resumo Diário da Tesouraria de 29-06-2015:

a) Dotações Orçamentais.....	€ 7.273.981,98
b) Dotações não Orçamentais	€238.940,53

Total das Disponibilidades €7.512.922,51



Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, a vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório, manifestou, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2013, Luís Nuno Ablú Dias.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-

-se que Luís Nuno Ablú Dias se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi o mesmo convocado e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



O Vice-Presidente da Câmara que, na ausência da Presidente da Câmara, presidiu à reunião, declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(nº 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Esteve presente a munícipe Luísa Lisboa, proprietária de terreno contíguo a terreno municipal, junto aos Quinchosos, em Abrantes. Alertou para o facto de o seu terreno estar a ser infestado por espécies vegetais que terão origem no terreno municipal.

Nesse sentido, solicitou intervenção do município para que a espécie infestante seja controlada.

O vereador Manuel Valamatos, indo ao encontro daquilo que já foi transmitido pessoalmente à munícipe, explicou que nos próximos dias será aplicado herbicida, de atuação sistémica, no sentido de evitar a propagação da espécie vegetal.

Espera-se que a solução seja eficaz, sendo necessário aguardar-se pelos seus efeitos. Contudo, caso não seja suficiente, procurar-se-ão outras soluções no sentido de controlar a praga.

O Vice-Presidente agradeceu à munícipe a sua presença e toda a informação que disponibilizou, solicitando-lhe que aguarde pela atuação dos produtos químicos.



O Vice-Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do vereador Luís Nuno Ablú Duas, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

O Vice-Presidente deu conhecimento que, a propósito do PUA – Plano de Urbanização de Abrantes, em fase de revisão, a Câmara Municipal de Abrantes organizou um seminário subordinado à atual geração de instrumentos de gestão territorial, que decorreu no Edifício Pirâmide, no passado dia 17 de junho.

Como caso de estudo, foram apresentados aspetos refletidos no processo de revisão do Plano de Urbanização de Abrantes.

Este trabalho inovador, por ter sido trabalhado em alinhamento com o quadro da nova lei de bases gerais da política pública de solos e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, coloca Abrantes como autarquia pioneira a nível regional e nacional na linha com outros instrumentos de gestão do território.

Por esse motivo, mais de uma centena de participantes, particularmente técnicos de autarquias de todo o país, participaram nas apresentações, que se encontram disponíveis, para consulta, no site do Município de Abrantes.

A proposta de revisão do PUA é da responsabilidade do Município, com prestação de serviços de assessoria técnica da Universidade de Aveiro, através de uma equipa coordenada pelo Professor Jorge Carvalho.

A proposta de revisão do PUA será agora remetida para aprovação pela Câmara Municipal e, de seguida, apresentada à Administração Central, para efeitos de conferência procedimental, articulação com entidades externas e período de discussão pública, culminando a sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Tomado conhecimento.



Informou que a Presidente da Câmara Municipal de Abrantes foi recebida em audiência pelo Secretário de Estado do Ambiente, Paulo Lemos, na sequência da solicitação ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, no passado 13 de Abril, de uma reunião com carácter de urgência de modo a debater os problemas causados por alterações críticas do caudal do Rio Tejo, situação que está a criar alguns problemas ambientais que merecem a maior preocupação por parte da autarquia e da comunidade ribeirinha.

Nesta reunião o SEA – Secretário de Estado do Ambiente informou das diligências efetuadas pelo SEPNA/GNR e pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, com vista ao intensificar das ações articuladas de fiscalização de modo a combater as descargas ilegais no rio, que obrigam a descargas extraordinárias das barragens com o objetivo de diluir o seu impacto no equilíbrio ecológico do rio, cuja face mais visível é a mortandade de peixes.

O SEA informou também da convocatória de uma reunião da COP – conferência das partes da Convenção de Albufeira para, em conjunto, as autoridades Portuguesas e Espanholas analisarem a situação da gestão dos caudais e outros problemas associados, de modo a encontrarem as melhores soluções para a sua resolução.

Outro assunto abordado nesta reunião com o SEA foi o ponto de situação relativamente ao procedimento de concurso público para a concessão da utilização privativa de recursos hídricos

do domínio público, para produção de energia hidroelétrica com incidência específica no Açude Insuflável. Esse concurso público, realizado em execução da Resolução do Conselho de Ministros nº 72/2010 de 10 de Setembro, para a adjudicação dos contratos de Implementação e de Concessão destinados à captação de água do domínio público hídrico para a produção de energia hidroelétrica e para a conceção, construção, exploração e conservação das respetivas infraestruturas hidráulicas, com reserva de capacidade de injeção de potência na rede elétrica de serviço público (RESP) e de identificação de pontos de receção associados para energia elétrica produzida em central ou centrais hidroelétricas, relativo ao lote 8T, foi lançado pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, sendo mais vulgarmente conhecido pelo "processo da mini-hídrica".

O Contrato de Implementação já foi assinado em Dezembro de 2010. O adjudicatário, Soares da Costa Hidroenergia, Lda, já pagou a contrapartida da concessão ao Estado.

Esta concessão é fundamental pois nas contrapartidas insere-se a manutenção do Açude Insuflável e a monitorização da escada de passagem de peixes.

O SEA informou que a APA está a acompanhar o assunto tendo despachado favoravelmente o pedido de prorrogação de prazo de entrega de diversas componentes obrigatórias do contrato pelo concessionário.

Aguarda-se a finalização da entrega para o processo se efetivar e a APA ficou responsável por convocar o concessionário para uma reunião de apuramento de situação.

O SEA terminou a reunião afirmando-se o entendimento da melhor cooperação da autarquia e do Ministério no acompanhamento da situação do Rio Tejo.

Tomado conhecimento.



O Vice-Presidente disse que a Presidente da Câmara de Abrantes integrou o conjunto de oradores participantes no debate BusinessConnect 2015 - Agora é o Momento! organizado anualmente pela IBM Portugal, em parceria com o Jornal "Expresso". Esse debate decorreu, dia 23 de junho, no Parque das Nações e centrou-se nas Grandes Tendências Tecnológicas para Acelerar a Transformação Digital das Empresas.

A Presidente da Câmara foi oradora no painel "Acelerar | Como tomar decisões em tempo real", conjuntamente com José Alexandre Cunha, Presidente da Idealmed e Gonçalo Costa Andrade, Diretor de Cloud, da IBM Portugal.

Numa sessão dirigida a cerca de 250 participantes com perfil de decisão e papel ativo na transformação e inovação dos modelos de negócio e das tecnologias de informação, a Presidente da Câmara falou sobre a importância da informação como novo recurso, transformada em conhecimento, por via da revolução digital, e da relevância dessa informação na tomada de decisão.

Tomado conhecimento.

O Vice-Presidente disse que a Câmara Municipal de Abrantes e a Liga Portuguesa Contra o Cancro assinaram, no passado dia 23 de junho, um protocolo de colaboração, através do qual a Câmara cedeu as instalações dos antigos talhos, na Rua Luís de Camões, junto ao novo Mercado Diário, para reinstalação do grupo de apoio de Abrantes da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

A Câmara Municipal que, já em 2013, havia cedido ao núcleo uma sala situada na Rua D. Afonso Henriques, pretende, assim, continuar a apoiar o desenvolvimento das atividades do grupo de apoio de Abrantes, em benefício da população do concelho, que ficará agora instalado em espaço mais amplo e mais central, uma vez que as novas instalações se localizam em pleno Centro Histórico.

Tomado conhecimento.



Referiu-se à restrição de circulação nos caminhos rurais, informando que, para segurança do espaço agrícola a sul do rio Tejo, vai entrar em vigor às 22h00 do dia 1 de julho de 2015, uma alteração ao trânsito na freguesia do Tramagal, que consiste na restrição de circulação nos caminhos rurais situados a norte do aglomerado urbano e da linha de caminho-de-ferro, na área confinante com o concelho de Constância, conhecida como "Estrada do Campo".

Passará a ser proibido o trânsito nessas vias, entre as 22 e as 7h00, no período de verão e, entre as 19 e as 7h00, no período de inverno.

Nesses períodos apenas será permitida a circulação de veículos sem motor ou de veículos devidamente autorizados e portadores do dístico criado para o efeito.

Tomado conhecimento.



Deu conta que, de 1 a 31 de julho de 2015, estarão abertas as inscrições para as candidaturas às Bolsas de Estudo/Ano letivo de 2015-2016 para estudantes residentes no concelho de Abrantes que estejam a frequentar o ensino superior e cujas famílias se encontrem em situação de dificuldade económica.

O regulamento das bolsas e formulários de candidatura poderão ser consultados na página de internet da Fundação Rotária Portuguesa.

Caberá ao Rotary Club de Abrantes e à Fundação Rotária Portuguesa a avaliação das candidaturas e a gestão da atribuição das bolsas, de acordo com protocolo estabelecido com a Câmara Municipal.

Tomado conhecimento.

O Vice-Presidente da Câmara informou que, nos termos do previsto no Programa Bandeira Azul, a Agência Portuguesa do Ambiente promoverá, no próximo dia 3 de julho, pelas 15h, uma visita à Praia Fluvial de Aldeia do Mato, para verificação do cumprimento dos critérios e hastear da bandeira Azul 2015.

Paralelamente serão verificadas as condições de acessibilidade e atribuição do respetivo galardão - Praia Acessível.

Tomado conhecimento.



Disse que, a convite do Conselho da Europa e em representação da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a Presidente de Câmara irá participar como oradora no Seminário organizado no âmbito da Campanha "One in Five" - Campanha de combate à violência sexual contra as Crianças".

O Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa iniciou uma campanha de sensibilização dos/as Eleitos/as Locais e Regionais para esse combate à violência sexual contra as crianças nas vilas, cidades e regiões dos seus 47 Estados membros, a que se chamou pacto "ONE in FIVE" e ao qual aderiram a Associação Nacional de Municípios Portugueses e 16 Câmaras Municipais de norte a sul do país, entre as quais a Câmara Municipal de Abrantes.

Tomado conhecimento.



Dada a entrada no período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (1 de julho de 2015 de acordo com a Portaria nº 180/2015 de 19 de junho) retomaram-se os briefings quinzenais relativos aos incêndios de modo a assegurar as medidas especiais de prevenção contra este flagelo.

O conjunto de entidades diretamente envolvidas na Defesa da Floresta Contra Incêndios reuniu, a 29 de junho de 2015, com o objetivo de acompanhar e monitorizar o processo em curso de modo a planear a prevenção.

O Comandante Operacional Municipal apresentou a metodologia adotada, nomeadamente a constituição de três zonas no concelho: a zona norte, a zona sul-poente e a zona sul-nascente. A constituição destas zonas é um fator importante na obtenção de bons resultados, uma vez que é reduzida a distância/tempo de resposta às diversas ocorrências.

Tomado conhecimento.

O Vice-Presidente da Câmara transmitiu que o azeite Gallo voltou a ser premiado com a medalha de Ouro, pela segunda vez consecutiva, no concurso internacional de Azeite Virgem Extra de Qualidade Mário Solinas, que distingue anualmente os melhores azeites do mundo e que pela primeira vez, na sua história, realizou a sua segunda edição no mesmo ano.

O Gallo Grande Escolha, azeite de sabor nobre e equilibrado que resulta da seleção de azeitonas com diferentes perfis ao longo de toda a colheita, foi o grande vencedor nesta segunda edição de 2015 do Concurso Mário Solinas, na categoria de Frutado Suave.

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento do ofício nº 36, de 29 de junho, da Assembleia Municipal, que remete as deliberações aprovadas em minuta e os respetivos processos, relativos à ordem de trabalhos da sessão ordinária daquele órgão que decorreu no passado dia 26 de junho. – PG 229753

- Consolidação de Contas 2014; - PG 223850
- Apoio às Freguesias:
 - a) União das Freguesias de Alvega e Concavada - XIV Feira Gastronómica e Cultural de Alvega; - PG 218119
 - b) União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede - Cedência do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes; - PG 221729
 - c) Junta de Freguesia de Mouriscas - Cedência da Escola - 23a Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia; - PG 221553
 - d) União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós - Corte de árvore; - PG 220842
- Extinção do protocolo para gestão do cemitério de Alferrarede; - PG 203697
- Compromisso plurianual:
 - a) Transportes escolares - vinhetas; - PG 225823
 - b) Consulta jurídica; - PG 221554
 - c) Consulta jurídica; - PG 221557
 - d) Manutenção dos extintores adstritos ao Município de Abrantes; - PG 213842
 - e) Aquisição de licenciamento Microsoft; - PG 225586
- Autorização de procedimento concursal para cinco assistentes operacionais - Serviços Municipalizados de Abrantes; - PG 224826
- Alteração ao Mapa de Pessoal; - PG 226255
- Moção - Contra a Privatização do troço da A23 entre Torres Novas e Abrantes - Proposta do BE;
- Auscultação da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - Proposta do BE

Tomado conhecimento.



Informou que, por motivo de férias, estará ausente de 6 a 10 de julho, interrompendo este período para estar presente na reunião de câmara extraordinária do dia 7 de julho.

Tomado conhecimento.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão deu conhecimento que, no passado dia 25 de junho, no Sardoal, decorreu uma reunião descentralizada da Plataforma Supra-Concelhia do Médio Tejo. Informou ainda que se agendará uma reunião do CLAS de Abrantes onde as informações serão transmitidas, mas julgou por conveniente trazer já ao conhecimento da Câmara algumas preocupações, tendo em conta as expectativas criadas em torno dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social de 3ª geração, referindo que, no momento, Abrantes não está incluída no aviso de abertura das candidaturas.

Nessa reunião esteve presente o Diretor Distrital da Segurança Social, Tiago Leite, que, na sequência do aviso de candidatura publicado muito recentemente e da portaria que regula estes contratos, deu a conhecer a lista dos municípios do Médio Tejo que poderiam candidatar-se por cumprirem os critérios previstos.

Uma vez que nessa lista não se inclui o Município de Abrantes, facto que muito a preocupa, questionou sobre mais informação ou estudos nos quais se pudesse constatar que Abrantes não preenchia esses requisitos, tendo-lhe sido referido que se trata de um processo muito recente e que, no momento, não havia mais informação que pudesse ser disponibilizada.

Aproveitou para se referir à resposta social, Redes Locais de Intervenção Social, que poderão permitir uma melhor articulação e acompanhamento da intervenção realizada em cada concelho. Neste caso, o concelho de Abrantes pode candidatar-se à sua constituição, através de uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

Tomado conhecimento.



VEREADOR MANUEL VALAMATOS

O vereador Manuel Valamatos deu conta que no dia 29 de junho se deslocou, em conjunto com o vereador João Gomes, às obras que decorrem no norte do concelho, da responsabilidade da Águas do Centro, que permitirão que aquela empresa abasteça os concelhos de Sardoal e de Mação, a partir da Albufeira do Castelo de Bode, utilizando a ETA – Estação Elevatória da Cabeça Gorda, na freguesia de Aldeia do Mato.

Disse que, em alguns locais do norte do concelho, decorreram e decorrem diversas obras, com a intervenção de várias empresas e que se verificam enormes constrangimentos para as populações locais, que conduziram já a diversas reclamações.

Quer a autarquia, quer a empresa Águas do Centro estão cientes e compreendem essas reclamações, já que se verificaram nalguns locais, abatimentos, colisões entre as diversas redes e muito pó, o que, obviamente, perturba a população. Espera-se, contudo, que a conclusão das obras esteja para breve, uma vez que se estima que, já na próxima semana, o concelho do Sardoal passe a ser abastecido. Quanto ao concelho de Mação, espera-se que passe a ser abastecido até ao final do próximo mês de setembro.

Frisou que as obras não são da responsabilidade da autarquia, nem dos Serviços Municipalizados de Abrantes, ainda que tenham estado atentos e procurado encontrar a melhor forma para melhorar as situações relatadas, acompanhando as obras de forma muito próxima.

Tomado conhecimento.



Informou que decorreu no dia 29 de junho, no museu dos Coches, uma cerimónia organizada pela empresa Mitsubishi Fuso Truck Europe, com sede em Tramagal, que contou com a presença do Vice-Primeiro Ministro do Governo Português. Tratou-se da apresentação dos resultados de um ano de utilização da viatura Mitsubishi Fuso Canter E-cell.

O município de Abrantes, em conjunto com os municípios de Lisboa e do Porto e com outras entidades e empresas, teve oportunidade de utilizar, durante este ano, uma viatura, razão que muito orgulha o município, já que o projeto teve um enorme sucesso.

Tomado conhecimento.



VEREADOR AVELINO MANANA

O vereador Avelino Manana abordou novamente a questão do açude insuflável e da escada de peixes, questionando se o Secretário de Estado iria mobilizar as entidades envolvidas no sentido da resolução dos problemas verificados no rio Tejo.

O vereador João Gomes disse que o SEA reconheceu a ação dos municípios das zonas ribeirinhas e que procurará aumentar a fiscalização no rio Tejo.

Disse ainda que, além das questões ambientais que são o cerne desta questão, é também muito importante para o Município de Abrantes, em particular, saber se o processo de concessão das mini-hídricas irá avançar. Esta concessão prevê a manutenção do açude e a monitorização da escada de peixes. Caso o processo não avance, terá que ser a autarquia a avançar com esse procedimento.

Nesta reunião, o ministério comprometeu-se a pegar novamente no processo da concessão que se encontra pendente há muito tempo.

O vereador Avelino Manana questionou se a autarquia está a reconhecer que houve algum problema.

O vice-presidente respondeu que não. Trata-se apenas da manutenção futura do açude e da monitorização da escada de peixes. Até hoje, porque o sistema foi pioneiro e nessa altura não existia solução, não se conhecem dados sobre as espécies e a movimentação de peixes. Atualmente, já existe uma solução, nomeadamente em Coimbra, que permite conhecer melhor a movimentação de peixes.

No âmbito deste processo de concessão, o município foi avançando nas negociações com o vencedor do concurso, por forma a ir antecipando trabalho e algumas questões. Se a concessão não avançar, terá que ser o Município de Abrantes a fazer esse investimento.



A propósito das obras promovidas pela Águas do Centro, o vereador Avelino Manana questionou sobre a existência de documento que regule a execução das obras.

O Vice-Presidente da Câmara disse que existe um plano de trabalhos, que está a ser cumprido, bem como a obrigatoriedade da reposição das infraestruturas no seu estado anterior.

O vereador Manuel Valamatos disse que o facto de o Município de Abrantes não ser o dono da obra conduz a maiores dificuldades de intervenção, mas que tudo se fará para salvaguardar algumas preocupações com a execução da obra.



VEREADOR LUÍS ABLÚ

O vereador Luís Ablú abordou também a questão da mini-hídrica e do açude insuflável, questionado se o futuro concessionário será responsável apenas pela instalação do sistema de monitorização na escada de peixes, ou se também intervirá no próprio sistema da escada de peixes.

O Vice-Presidente da Câmara informou que, à partida, apenas haverá a instalação do sistema de monitorização. Poderá, contudo, se for o caso, e porque este projeto foi pioneiro, haver alguma intervenção, no sentido de melhorar algum aspeto.

Aproveitou ainda para salientar que esta reunião com o SEA decorreu, essencialmente, pela preocupação do Município de Abrantes com a poluição das águas do rio Tejo e com o seu impacto nas zonas ribeirinhas.



Abordou também a necessidade da instalação de um corrimão e de um piso menos escorregadio nas escadas do novo Mercado Diário.

O Vice-Presidente da Câmara disse que está já em curso o procedimento para a instalação de corrimão nas escadas, o que se espera vir a acontecer brevemente.

Quanto ao piso, referiu que, em obra, e por se verificar que o tipo de pavimento previsto poderla ser escorregadio, foram, em conjunto com o empreiteiro, analisadas outras soluções equivalentes para colocação no chão, tendo-se verificado que a solução colocada seria a que oferecia melhores condições de segurança.

Contudo, será uma preocupação a ter em conta, no sentido de garantir uma maior segurança para os utilizadores.



O vereador Luís Ablú questionou ainda sobre quais as diligências que estão a ser levadas a cabo pela autarquia relativamente à limpeza de terrenos privados, já que existem muitos terrenos com vegetação que oferecem risco de incêndio e dos quais provêm animais para as propriedades contíguas.

O Vice-Presidente da Câmara disse que a autarquia, para além da atuação das entidades competentes nesta matéria, e sempre que é do seu conhecimento, quer pela fiscalização, quer por reclamações dos munícipes, tem notificado os proprietários para procederem à manutenção e à limpeza dos terrenos, sob pena de instauração de processos de contraordenação. Lamentavelmente, muitos não cumprem ou protelam o cumprimento dessas notificações.



VEREADOR LUÍS DIAS

O vereador Luís Dias fez um breve destaque sobre os eventos desportivos relevantes que decorreram no concelho nos últimos dias ou cuja participação de atletas concelhios merece destaque.

- Encontro Gerontolímpico – que decorreu no dia 25 de junho, no Parque Urbano de São Lourenço, em Abrantes. Tratou-se do encerramento das atividades do ano letivo 2014/2015 do Projeto + Vida, através de um convívio com 279 utilizadores, de 13 entidades do concelho. Destaque ainda para participação de um grupo de 39 elementos da Junta de Freguesia da Reboleira, concelho de Amadora.
- Férias Jovens – Verão Ativo (até final de julho, incluindo Campo de Férias Bit&Byte) Início do projeto de ocupação tempos livres (15 de junho) que conta com a participação de 194 jovens entre os 6 e 16 anos e 15 monitores.
- Encerramento do XI Edição do Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol 7, no dia 28 de junho, no Estádio Municipal de Abrantes, que contou com a participação de 13 Associações/ Clubes, distribuídos por 13 equipas de futebol de 7 e 10 de futebol 4, onde

participaram cerca de 275 crianças dos 4 aos 9 anos de idade. Foram treze etapas, realizadas com o incondicional apoio das Juntas de Freguesia de Abrantes e Alferrarede, São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, Alvega e Concavada, Pego, Mouriscas e Tramagal. Destaque ainda para a presença de equipas de Montalvo, concelho de Constância, de Sardoal e de Mação.

- Campeonato Nacional Juvenis, que decorreu no dia 20 de junho, em Fátima, no qual a atleta Mariana António, do Sporting Clube de Abrantes, obteve o 3º lugar nos 100 m barreiras.
- Campeonato Nacional de Iniciados (Desporto Escolar) – Atletismo, que decorreu de 20 a 23 de junho, em Albufeira, merecendo destaque as classificações dos seguintes atletas:
 - José Matos (EB/S Octávio Duarte Ferreira) – 11,50 – 1º classificado em 80m Barreiras Masculinos
 - Inês Leal (EB/S Octávio Duarte Ferreira) – 10,06 – 1ª classificada em 60m Barreiras Femininos
 - Paulo Martinho (Agrupamento de Escolas nº 1 de Abrantes) – 4.22,00 – 2º classificado em 1.500m Masculinos
 - Ângela Batista (Agrupamento de Escolas nº 1 de Abrantes) – 4,90 – 2ª classificada em Salto em Comprimento Feminino
- No dia 28 de junho, em Palmela, o atleta Nuno Inácio sagrou-se Campeão Nacional de Contrarrelógio Individual no escalão Master.
- No dia 28 de junho, em Montemor-o-Velho, o atleta Francisco Cruz, do Clube Desportivo Os Patos, sagrou-se Campeão Nacional de LTA, Paracanoagem ou Canoagem Aplicada.

Tomado conhecimento e endereçar as felicitações por parte do Município de Abrantes aos atletas pelos prémios alcançados.



O vereador Luís Dias referiu que já tiveram início novas escavações arqueológicas no Castelo de Abrantes, com a presença de dois voluntários e com o apoio da Direção Geral do Património Cultural, do Centro da Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar, do Instituto Terra e Memória do Mação, do Centro de Interpretação da Arqueologia do Alto Ribatejo e do Laboratório Hércules da Universidade de Coimbra.

Tomado conhecimento.

O vereador Luís Dias distribuiu um exemplar do livro editado pela Artemrede – Teatros Associados intitulado “Políticas Culturais para o Desenvolvimento”, cujo lançamento decorreu no passado dia 17 de junho no ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

Tomado conhecimento.



Relativamente ao Bairro ConVida, o vereador Luís dias informou de que ainda não foi possível a validação do relatório semestral por todos os parceiros, situação que lamenta. Logo que esteja validado, será remetido à reunião de câmara para conhecimento.

Tomado conhecimento.



Informou que estará ausente, por motivo de férias, no período de 13 a 16 de julho de 2015.

Tomado conhecimento.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Gabinete de Apoio à Presidência

Nº 01 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente ao protesto contra a intenção de constituição do Grupo Hospitalar do Ribatejo através da junção do Centro Hospitalar do Médio Tejo com o Hospital de Santarém, do seguinte teor:

“Na reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo realizada ontem dia 15 de junho, os autarcas do Médio Tejo analisaram a intenção do Governo de constituir o Grupo Hospitalar do Ribatejo através da junção do Centro Hospitalar do Médio Tejo com o Hospital de Santarém através da criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo.

A CIM do Médio Tejo manifestou a sua apreensão relativamente às pretensões da tutela e solicitou formalmente que lhe seja remetido no prazo de uma semana o acesso aos estudos contratados pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e que estão na base da proposta apresentada, para que se possam conhecer as implicações reais para as populações envolvidas.

Considerou ainda a CIMT que uma mudança com o alcance e implicações que a criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo pode trazer, não deve ser feito à pressa e sob a pressão da proximidade das eleições legislativas.

Na sequência da proposta da tutela e alinhada com a posição já assumida pela CIMT a Câmara Municipal de Abrantes não pode ficar indiferente aos eleitos que esta medida tomada à pressa pode trazer de prejuízo no serviço prestado às populações num domínio dos direitos fundamentais que é do da saúde.

Não parecer coerente que pelo facto de termos o Centro Hospitalar do Médio Tejo e o Hospital de Santarém a funcionarem em condições de comprovada debilidade "estrutural" se resolva o problema com a sua integração.

Pelo que temos assistido com as recentes alterações na área da saúde esta intenção de juntar o Centro Hospitalar do Médio Tejo com o Hospital de Santarém tem como consequência o agravar os seus problemas estruturais de funcionamento e servir pior as populações.

Em nosso entender, a par deste estudo, deve também ser apresentado o estudo sobre a criação de unidades locais de saúde para que possa esclarecer, de modo mais fundamentado, qual o modelo que melhor serve as populações.

Proponho que esta Câmara Municipal aprove, por unanimidade, um voto de protesto contra esta intenção anunciada e torne público a sua preocupação pelas consequências que ela pode ter sobre os serviços de saúde prestados à população do nosso concelho e da região."

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador Luís Ablú Dias, em substituição da vereadora eleita pelo PSD, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a proposta apresentada, em consonância com o já discutido na reunião realizada em 16 de junho de 2015.

O vereador Luís Ablú apresentou a seguinte declaração de voto.

"A proposta de deliberação do Ponto nº1 da ordem de trabalhos, leva-me a apresentar a seguinte declaração de voto.

- Queremos o melhor para o Concelho de Abrantes e para a região onde o mesmo se insere em matéria de Saúde. Sabemos que o que temos não dá resposta às necessidades nem tem a desejada qualidade. Temos feito várias diligências, no sentido de conhecer, tão profundamente quanto possível a situação e temos procurado envolver os deputados do PSD eleitos por Santarém. Nesse sentido, realizou-se uma reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, onde também os deputados estiveram presentes.

- Entendemos que esta questão, pela sua seriedade, complexidade e importância para a vida das pessoas deve ser objecto de aprofundado estudo e do envolvimento de todos os interessados, de forma a encontrar as melhores soluções.

- Estamos atentos e seguimos com atenção o que se passa. A prova é que, logo após as primeiras declarações públicas da Presidente da Câmara de Abrantes após reunião com o Secretário de Estado da Saúde, solicitámos aos deputados do PSD eleitos pelo distrito de Santarém que apurassem os factos junto do Ministro da Saúde, o que veio a acontecer pela voz do deputado Nuno Serra em audiência parlamentar. Aliás a deputada do PS, Idália Senão elogiou esta atitude. Isto veio, inclusivamente, publicado no Mirante.

- Perante o desmentido do Ministro da Saúde, e da afirmação de que este assunto precisa de ser melhor estudado, não faz para nós qualquer sentido aprovar este protesto com o teor que nele está contido.

Perante o supra referido nesta declaração, o voto do Vereador (em substituição) eleito pelo PSD é a abstenção, não obstante de no futuro e com dados mais concretos e reais, em relação a esta matéria, possa ser diferente."



Serviço Municipal de Proteção Civil

Nº 02 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de junho de 2015, que aprovou o parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborezação com eucaliptos em 41,7ha, num prédio rústico denominado Valeira Quina, inscrito sob o artigo nº 2, secção AA, da União das Freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo, requerido por Altri Florestal SA.
– PG 226079

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou o parecer relativo ao pedido de autorização prévia para a ação de rearborezação com eucaliptos, nos termos e com os fundamentos da informação do SOT/SIG da Divisão de Ordenamento Gestão Urbanística, datada de 11 de junho de 2015.

O vereador Avelino Manana disse votar contra a presente proposta pelas mesmas razões que o fizeram votar contra em deliberações sobre a mesma matéria em reuniões anteriores, nas quais apresentou a devida declaração.

O vereador Luís Ablú, ainda que votando favoravelmente, questionou novamente sobre quais as diligências da autarquia no sentido de evitar a plantação massiva de eucalipto no território do concelho de Abrantes.

O Vice-Presidente esclareceu que a Presidente da Câmara já apresentou, numa reunião de câmara anterior, informação sobre as competências dos municípios nesta matéria, e reforçou que o parecer emitido pela autarquia tem apenas por base o enquadramento destas ações os seus instrumentos de gestão territorial.

O vereador Luís Ablú sugeriu então que a autarquia, logo que possível, nos seus instrumentos de gestão territorial acautele estas preocupações.



Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano

Nº 03 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação a seguinte proposta: - PG 193352

"Ao abrigo da alínea i) do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/9, pode a Assembleia Municipal autorizar a Câmara a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar, o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no nº 2 do artigo 33º.

Considerando que a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vicente – Abrantes tem vindo a solicitar à Câmara Municipal a cedência do terreno municipal anexo ao lar de idosos, para a construção de uma Igreja na Encosta da Barata;

Considerando que o Município tem disponível um terreno municipal, assinalado na planta anexa, com a área de 3.388,00 m2 que é confinante a poente com a parcela anteriormente cedida, onde já se encontra construído o Lar de Idosos "Domus Pacis";

Considerando que por despachos do Sr. Vice-presidente de 12.05.2015 e 21.05.2014, a forma de transação da propriedade para a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Vicente e S. João, será feita nos mesmos termos que a transação para a cedência da propriedade para instalação do lar, ou seja, venda a preço simbólico a 0,50€ (cinquenta cêntimos) por metro quadrado:

Propõe-se assim a remessa do presente processo à Assembleia Municipal para que esta autorize a CMA a vender o espaço assinalado em planta anexa, com a área de 3.388m2, pelo preço de 1.694,00€ (que se considera simbólico), mas sujeito às condições essenciais do negócio, produzindo esta os efeitos resolutivos decorrentes do artigo 270º e 274º nº 1 do Código Civil, ou seja, exigindo-se a reversão, caso as condições não sejam cumpridas, e dada a função não mercantil dos terrenos disponibilizados pelo município, condições estas obrigatoriamente sujeitas a registo:

a) Deve o licenciamento ser apresentado no prazo de 1 ano e a obra estar concluída e com autorização de utilização no prazo de 5 anos, contados a partir da data da assinatura desta escritura;

b) A venda é feita pelo preço simbólico de 0,50€/m2, por o terreno se destinar à construção de uma igreja, instalações de apoio e atividades conexas com a mesma, sendo que é expressamente proibido utilizar o terreno para outro fim que não este, sob pena de reversão;

- c) O valor para a reversão será o valor da alienação, acrescido do valor do índice de preços ao consumidor, mas deduzido dos eventuais encargos do processo de reversão, incluindo judiciais, registrais e administrativos se a tal houvesse lugar;
- d) Não é autorizada a alienação a terceiros, antes do cumprimento das obrigações e das construções nos termos e prazos estipulados.

Remete-se a minuta da escritura para aprovação na Câmara Municipal, delegando-se poderes na Sr^a. Presidente para a sua assinatura.

Além da aprovação da presente alienação e respetiva minuta de escritura, e para efeitos de inscrição matricial, torna-se necessário autorizar a desanexação da parcela de terreno com 3.388 m², que confronta do norte e sul com Urbanização da Encosta da Barata, do nascente com Praceta Arquipélago da Madeira e do poente com Lar de Idosos Domus Pacis, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 44.806, fls 193v, Lv B-113. A parcela destina-se à construção de uma igreja, sendo a presente alienação efetuada por via do direito privado, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro, não havendo, também, inconveniente do ponto de vista urbanístico, e não resultando para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.”

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, aprovar a proposta de deliberação apresentada, bem como a minuta de escritura de compra e venda, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Fábrica da Igreja Paroquial de São Vicente, referente a uma parcela de terreno, sita em Encosta da Barata, na União de Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, pelo valor de 1.694,00€ (mil seiscientos e noventa e quatro euros).

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

O vereador Avelino Manana apresentou a seguinte declaração de voto:

“A CDU é favorável ao apoio, por parte do Município, a projetos de entidades religiosas que tenham impacto social como foi o caso da venda de terreno municipal a preços simbólicos para a construção de um lar para idosos, à Igreja Católica.

A CDU entende que este pedido de deliberação é diferente do acima referido, uma vez que a venda do terreno a preços simbólicos não tem como objetivo um projeto com impacto social, mas sim o apoio a um projeto de construção de um local exclusivamente para culto.

Nesse sentido, o voto da CDU é de abstenção.”



Nº 04 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano, datada de 4 de junho de 2015, remetendo para aprovação, minuta da escritura de compra e venda, a celebrar entre os

Herdeiros de António Soares Mendes e o Município de Abrantes, referente ao usufruto e nua-propriedade de uma parcela de terreno de um prédio misto, sito em Herdade do Caldeiro, freguesia de Bemposta, concelho de Abrantes, com a área de 255,9041 ha, pelo valor de 25.105,00€ (vinte e cinco mil cento e cinco euros)

Solicita também autorização para a desanexação da parcela de terreno com 10.042 m², que confronta do norte, do sul e do poente com Herdeiros de António Soares Mendes, e do nascente com caminho de acesso. A parcela é a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 5 da secção D da freguesia de Bemposta, e do descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00614/19970905.

Mais informa que a parcela a adquirir destina-se à regularização do terreno já ocupado com a ETAR de Bemposta, sendo que esta aquisição é efetuada por via do direito privado, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro, não havendo, também, inconveniente do ponto de vista urbanístico, e não resultando para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação. – PG 207743

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de escritura de compra e venda, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Autorizar a desanexação da parcela de terreno do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 5 da secção D da freguesia de Bemposta, e do descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 00614/19970905 com 10.042 m², que confronta do norte, do sul e do poente com Herdeiros de António Soares Mendes, e do nascente com caminho de acesso.

À Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano, para os devidos efeitos.



Nº 05 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 16 de junho de 2015, que aprovou as peças corrigidas referentes ao concurso público para a cedência de exploração da Estação da Canoagem de Alvega, designadamente, normas e programa de concurso. – PG 225044

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou as peças corrigidas referentes ao concurso público para a cedência de exploração da Estação da Canoagem de Alvega.

À Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano, para os devidos efeitos.

Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 06 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 17 de junho de 2015, a dar conta da anulação do valor de 201,92€ (duzentos e um euros e noventa e dois cêntimos), do apoio aprovado para a Palha de Abrantes – Associação Desenvolvimento Cultural”, no âmbito do Finabrant

Tomado conhecimento.



Nº 07 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete ao seu despacho datado de 17 de junho de 2015 que aprovou a candidatura apresentada ao abrigo do regulamento “+Comércio no Centro”, no seguimento da delegação de competências deliberada na reunião de câmara de 21 de janeiro de 2015:

- Loja “Abransaco” - valor total de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), correspondente ao valor mensal de 150,00€ (cento e cinquenta euros), durante 12 meses. – PG 224897

Tomado conhecimento.



Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 15 de junho de 2015, que remete para aprovação, o montante de 12.285,00€ (doze mil duzentos e oitenta e cinco euros), para o fornecimento de refeições, pelo Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, aos participantes nas Férias Jovens e Bite & Byte 2015, no âmbito do protocolo de colaboração existente entre o Município de Abrantes e a referida instituição. – PG 226400

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o montante de 12.285,00€ (doze mil duzentos e oitenta e cinco euros), nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 09 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 12 de junho de 2015, sugerindo que se considere a repartição do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro a que o Município tenha direito em 2016, em 90% corrente e 10% capital. – PG 226888

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a percentagem de FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente para 90% e capital 10% em 2016, de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 17 de junho de 2015, que remete para aprovação, o pedido de parecer prévio vinculativo, relativo à renovação do contrato nº 48/2013, celebrado com a prestadora de serviços, Fernanda Maria Duarte Mendes, para "Prestação de Serviços de Jornalismo para Apoio Especializado ao Gabinete de Comunicação", no valor de 12.493,08€/anual (doze mil quatrocentos e noventa e três euros e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. – PG 125430

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido pedido de parecer prévio vinculativo, referente à renovação do contrato nº 48/2013, celebrado com a prestadora de serviços, Fernanda Maria Duarte Mendes, para "Prestação de Serviços de Jornalismo para Apoio Especializado ao Gabinete de Comunicação", no valor de 12.493,08€/anual (doze mil quatrocentos e noventa e três euros e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 21 de junho de 2015, na sequência de uma exposição apresentada pela empresa "Branco Útil", a solicitar o pagamento das quotas de condomínio referente a duas frações de que o município é proprietário, a saber: fração 4ºD e fração 3ºB, ambas do nº32 da Rua Cidade de Parthenay.

Após análise dos processos por parte do Serviço de Ação Social da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária e do gabinete jurídico, verificou-se, relativamente ao 3º B, que o prédio se encontra arrendado a Sandra Maria de Matos Rodrigues Cunha e marido, constando da cláusula 7º do contrato que fica a cargo dos arrendatários as despesas de condomínio.

Quanto à fração 4D, nº 32 sito na Rua Cidade de Parthenay, arrendada a José Manuel Maria dos Santos, verificou-se que o contrato era omisso quanto à responsabilidade de pagamento do condomínio, pelo que sugerem os serviços, que à semelhança de processo similar, a Câmara Municipal assumira a despesa enquanto proprietária da habitação.

Neste sentido, remete para aprovação, o pagamento do valor em dívida, o qual ascende a 480,00€ (24 meses – janeiro de 2013 a dezembro de 2014), assim como a despesa do primeiro semestre de 2015, no valor de 120,00€, e ainda, o pagamento mensal de 20,00€, a partir do mês de julho de 2015. – PG 193918

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pagamento dos valores em dívida, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 12 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 19 de junho de 2015,

remetendo para aprovação a listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados durante o mês de maio do corrente ano, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 433,89€ (quatrocentos e trinta e três euros e oitenta e nove centimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município à data daquela informação. – PG 221903

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados durante o mês de abril do corrente ano, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 433,89€ (quatrocentos e trinta e três euros e oitenta e nove centimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária

Nº 13 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão, deu conta da adenda ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, relativa ao ano letivo 2014/2015, devidamente assinada por ambos os parceiros. – PG 224322

Tomado conhecimento.



Nº 14 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, remetendo para autorização, a eliminação dos documentos discriminados no auto de eliminação nº 08 de 2014 emitido pelo Arquivo Municipal, que se dá por transcrito e se anexa à presente ata. – PG 202209

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a eliminação dos documentos discriminados no auto de eliminação nº 08 de 2014 emitido pelo Arquivo Municipal, dando conhecimento desse facto ao Arquivo Distrital, conforme consta na alínea c) do artigo 7º da Portaria 412/2001, de 17 de abril.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 15 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito no período de 30 de junho a 13 de julho de 2015, no âmbito do plano de atividades para 2015 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas, arquivo e juventude. – PG 228204

Tomado conhecimento.



Nº 16 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, referente à informação nº 28 da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 26 de maio de 2015, acerca do pedido da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas, pela cedência do auditório do Edifício Pirâmide, no dia 13 de junho de 2015, para a realização de um plenário de autarcas. – PG 223322

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 151,50€ (cento e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 17 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, na sequência de uma informação do Serviço de Desporto da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 19 de junho de 2015, acerca do pedido da Federação Portuguesa de Natação, a solicitar a cedência do auditório da Cidade Desportiva, para a realização de uma série de formações específicas sobre o processo de certificação das escolas de natação, a realizar no dia 4 de julho 2015, no âmbito do projeto “Portugal a Nadar”. – PG 228215

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 109,55€ (cento e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, face ao interesse na temática, a possibilidade de participação de colaboradores municipais, a manutenção de boas relações institucionais com a Federação e o interesse continuado na qualificação dos nossos agentes.

Nº 18 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, na sequência de uma informação do Serviço de Desporto da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 19 de junho de 2015, acerca do pedido da Associação de Futebol de Santarém, a solicitar a cedência do auditório da Cidade Desportiva para a realização de um Curso de Treinadores de Futebol de Grau I. Tendo em conta que este curso de nível I foi estabelecido no âmbito de uma parceria com a Associação de Futebol de Santarém, no sentido de se efetuar em Abrantes (primeira vez fora de Santarém) para que os treinadores (sem curso) pudessem inscrever-se e ter a possibilidade de o efetuar a custos mais baixos, sugere a cedência gratuita das referidas instalações. – PG 228231

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas associadas, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município, face à referida informação do serviço de Desporto, à relevância regional do Curso, pela primeira vez ministrado fora de Santarém e à participação e qualificação de treinadores abrantinos.



Nº 19 – Proposta de Deliberação do Vereador Luis Dias, na sequência de uma informação do Serviço de Desporto da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 19 de junho de 2015, acerca do pedido da Canto Firme de Tomar – Associação de Cultura Coro Misto Canto Firme de Tomar, a solicitar a cedência da bancada amovível para apresentação de um espetáculo musical integrado nas Festa dos Tabuleiros no período de 6 a 10 de julho de 2015 no Convento de Cristo em Tomar.

Como contrapartida, o Coro Misto Canto Firme, apresenta desde já a sua disponibilidade para retribuir a cedência com a apresentação de um espetáculo de Ópera, um texto de António Torrado, encenação de João Mota e música de António de Sousa em Abrantes. – PG 213017

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência das bancadas amovíveis para apoio na Festa dos Tabuleiros 2015, para evento a realizar no Convento de Cristo, na senda da reciprocidade institucional e face à importância da colaboração com a referida Associação Canto Firme.



Divisão de Gestão de Projetos e Produção

Nº 20 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 110 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 19 de junho de 2015, acerca da vistoria efetuada à empreitada de “Construção de Quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes”, adjudicada à sociedade Alpeso-Construções, S.A., para efeitos de receção definitiva. – PG 210293

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva da empreitada de “Construção de Quartel dos Bombeiros Municipais de Abrantes”, adjudicada à sociedade Alpeso-

Construções, S.A., devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 21 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 107 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 16 de junho de 2015, dando conta que a Sociedade CIP - Construções, SA., adjudicatária da empreitada de "Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes", entregou a garantia bancária nº962300488013901, do Banco Santander Totta, S.A. de 29 de maio de 2014, no montante de 314.675,52€, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais.

Tendo sido entregues as faturas nos montantes de 16.027,26€, 169.506,34€ com os autos nºs 10 e 11, respetivamente, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 98.705,52€, que corresponde a 30% dos valores dos trabalhos a realizar segundo o cronograma financeiro, de acordo com nº2 do art.º 295.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 2 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação.

Após esta redução, a garantia ficará extinta. – PG 200992

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 107 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção.



Nº 22 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação, o seu despacho datado de 15 de junho de 2015, que aprovou a revisão 4 do Plano de Segurança e Saúde, validado pelo técnico de saúde e segurança, Carlos Gonçalves, na qualidade de coordenador de segurança em obra da empreitada de " Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes". – 169661

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou a revisão 4 do Plano de Segurança e Saúde, validado pelo técnico de saúde e segurança, da empreitada de " Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes".

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 23 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Unidade Orgânica de 3º Grau de Ambiente e Sustentabilidade

Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Valamatos, na sequência de uma informação da Unidade Orgânica de 3º Grau de Ambiente e Sustentabilidade, de 17 de junho de 2015, acerca do pedido do Rancho Folclórico e Etnográfico de Casais de Revelhos, a solicitar a cedência de transporte com isenção do pagamento das respetivas taxas, de Casais de Revelhos para o Aeroporto de Lisboa e vice versa, no dia 31/07/2015 das 03:30 às 08:30 horas e no dia 10/08/2015 das 16:30 às 21:30 horas, no âmbito de uma digressão à Ilha da Madeira. PG 213217

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do autocarro municipal para proceder ao transporte do Rancho Folclórico e Etnográfico de Casais de Revelhos, nos termos solicitados, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 289,00€ (duzentos e oitenta e nove euros).

À Unidade Orgânica de 3º Grau de Ambiente e Sustentabilidade e à Divisão de Gestão Financeira e Administrativa para os devidos efeitos.



Serviços Municipalizados de Abrantes

Nº 25 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação do SMA – Serviços Municipalizados de Abrantes, a dar conta do ponto da situação da Rede de drenagem de Barca do Pego e das ETAR dos Carochos e Bicas. – PG 191184

Tomado conhecimento.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Vice-Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA



A TÉCNICA SUPERIOR





Handwritten signatures and initials, including 'Ley', 'CER', and 'CAR'.

Auto de Eliminação nº 08/2014

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2014, é lavrado o presente auto, o qual será assinado pela Chefe da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária como responsável pelo Arquivo Municipal e pela Chefe da Unidade Orgânica de 3º Grau de Ambiente e Sustentabilidade.

A eliminação dos documentos abaixo discriminados, proceder-se-á após a autorização da Câmara Municipal de Abrantes. Será também dado conhecimento ao Arquivo Distrital, conforme consta na alínea c) do artigo 7º da Portaria 412/2001 de 17 de abril.

12 - SERVIÇOS URBANOS

Class.	Descrição	Quant. U.I.	ML	Datas Ext.	Ref.	Conserv. Portaria 1253/09
12.4	Ambiente - vários assuntos	1 maço		2001	599	10 anos
12.4	Revistas e Panfletos de ambiente	1 caixa		s/data	599	10 anos
12.4	Inquéritos de ambiente	1 Caixa		2000 - 2003	599	10 anos
12.4	Ambiente - Diversos	1 Caixa		1995 - 2000	599	10 anos
12.7	Requisições internas de armazém	1 cx		2003	263	10 anos
12.7	Solicitações telefónicas executadas, pedidos de limpeza de fossas, pedidos de recolha de monstros, limpeza, ofícios de ligação ao coletor, projeto de execução ETAR Abrançalha de Baixo, ETAR Paúl, ETAR Concavada, Manual de instruções, ETAR e estação elevatória Rossio ao Sul Tejo, Expediente: higiene e limpeza urbana, florestas, parques e jardins.	1 cx		2002 - 2005	384	3 anos
12.7	Recolha de resíduos sólidos	1 maço		2002	384	3 anos
12.7	Recolha de resíduos volumosos, higiene e limpeza, ecopontos - recolha vidro e embalagens	1 cx		1994 - 2004	384	3 anos
12.7	Limpeza de fossas	1 cx		1988 - 1998	74	3 anos
12.7	Ecoponto - recolha de cartão	1 dossier		2003	384	3 anos
12.7	Estaleiros Municipais - tarefas do pessoal	1 dossier		2003	70	3 anos

12.7	Requisições limpeza de fossas	1 dossier		2004	74	3 anos
11.3.4	Informações de despesas respeitantes a despesas de ramais domiciliários	1 Pasta		1973 - 1978	72	5 anos
12.7	Controlo de qualidade de efluentes	4 dossier		2002 - 2004	76	5 anos
12.7	Rede de saneamento - ordens de execução	1 dossier		2003 - 2004	72	5 anos
12.7	Análises da água	1 dossier		2003	36	10 anos
12.7	Resíduos sólidos / Jardins	1 dossier		2003	384	3 anos
12.7	Controlo de qualidade de efluentes	1 dossier		2002 - 2003	37	10 anos
12.7	Controlo de qualidade de efluentes, Tramagal - Rio de Moinhos	1 dossier		2004	37	10 anos
12.7	Faturação ARABRANTES	1 dossier		2003 - 2004	262	10 anos
12.7	Horas extraordinárias - operadores	1 dossier		2001	568	3 anos
12.7	Proposta de orçamento para o projeto da sensibilização ambiental "Barata Verde"	1 caixa		2001	599	10 anos
12.7	Recolha de lixo volumosos, informações; Águas Ruças, expediente da divisão de ambiente, ARABRANTES - faturação	1 caixa		2000 - 2006	387 262	3 anos
12.7	Limpeza de fossas (várias freguesias do concelho)	14 Caixas		2002 - 2008	74	3 anos
12.7	Limpeza de fossas sépticas (várias freguesias do concelho)	19 Caixas		2000 - 2002	74	3 anos
12.7	Reclamações de limpezas de fossas	1 Caixa		2001	74	3 anos
12.7	Livros de circuitos de recolha de RSU	6 Caixas		2002 - 2007	384	3 anos
12.9	Boletins de saída de viaturas	13 Caixas e 14 Maços		2002 - 2007	491	3 anos
12.9	Talões de combustível	1 Caixa		2007	491	3 anos
12.9	Livros de requisições provisórias de combustível	1 Caixa		2003	491	3 anos
12.7	Recolha e reciclagem de óleo	1 pasta		1991 - 1997	384	3 anos

A Chefe da DCIC, Maria Isabel Cartaxo Pires

Maria Isabel Cartaxo Pires

A Coordenadora da UOAS, Maria Luísa Espadinha Rodrigues

Maria Luísa Espadinha Rodrigues

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 30.06.2015

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG4997/2015:216221	30-03-2015	129549134	Manuel Maria Miguel / Rua do Cabeço, n.º 184 - Tramagal	Alteração / Legalização de habitação e anexos - Rua do Cabeço, n.º 184 - Tramagal	Despacho	19-06-2015	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG9328/2015:228138	19-06-2015	101155719	Maria Julieta Rosa Tibério da Cruz / Urbanização do Condoal, Lote 59 - 1.º - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização de moradia unifamiliar - Rua da Indústria - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	22-06-2015	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG11749/2014:185038	14-08-2014	245061282	Joana Maria Ferreira Chambel / Rua do Campo da Bola - Pego	Alteração / Reconstrução de habitação - Rua do Areeiro, n.º 224 - Coalhos - Pego	Despacho	23-06-2015	Deferida licença, nos termos sugeridos
PG5689/2015:218271	14-04-2015	138366128	Francisco José Dias / Rua 9 de julho, n.º 50 - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Legalização de alterações em moradia unifamiliar / Rua 9 de julho, n.º 50 - Vale das Mós - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	23-06-2015	Deferida licença
PG2785/2015:210014	19-02-2015	224663178	Pedro Miguel Silvestre Godinho / Rua Amadeu de Souza Cardoso, lote 4 - 3.º dto - União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Substituição / Alteração de Vãos - Rua General Manuel António Morato, n.º 4 e 6 - União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	23-06-2015	Deferida licença

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 30.06.2015

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG17251/2011:41986	04.10.2011	128134712 / CM1340	Lucia de Matos Marques Freire Estrela / Estrada do Cabrito, n.º 682 - Rossio ao Sul do Tejo - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Ampliação / Legalização de habitação, Rua do Cabrito, n.º 682 - Rossio ao Sul do Tejo - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	15-06-2015	Aprovação do projeto e o deferimento das alterações introduzidas no decorrer da obra, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento um aditamento ao alvará de licença.
PG7169/2013:119188	03-05-2013	200634542	João Pires Martinho / Cascalhos - Mouriscas	Alteração/ ampliação de habitação - Mouriscas	Despacho	15-06-2015	Aprovação do projeto e o deferimento das alterações introduzidas no decorrer da obra, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento um aditamento ao alvará de licença.
PG18282/2012:95814	08-11-2012	149923740	Carlos Alberto Alves Barroso / Rua dos Combatentes, n.º 1 - Cardal - Santa Margarida da Coutada - Constância	Reconstrução de habitação / Rua João Augusto da Silva Martins, n.º 18 - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	15-06-2015	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG6399/2013:117436	18-04-2013	231246480	João Paulo Pombo Tibério / Rua do Fundo dos Sobreiros, n.º 6 - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Construção de moradia unifamiliar / Fundo dos Sobreiros - Casais de Revelhos - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	15-06-2015	Aprovado projeto e o deferimento das alterações introduzidas no decorrer da obra, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento um aditamento ao alvará de licença.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 30.06.2015

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG17753/2014:201153	15-12-2014	124163254	Capitolina José Lopes Alves / Rua da Mouchada, n.º 43 - Maxial - Fontes	Construção de edifício destinado a arrumos / Rua da Mouchada, n.º 43 - Maxial - Fontes	Despacho	12-06-2015	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG5146/2014:166625	07-04-2014	181630109	Victor Manuel Godinho Loureiro / Rua do Surdo - Mouriscas	Reconstrução de edifício / Casal da Igreja - Mouriscas	Despacho	15-06-2015	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PG7479/2015:222914	15-05-2015	505726505	Morgado Henriques - Empreiteiros, Lda / Rua Condes de Alferrarede, 106 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração de fachada em edifício destinado a comércio / Rua de Moçambique, 192 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	15-06-2015	Deferida licença, nos termos sugeridos, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto (por se considerar dispensável a apresentação de projetos de especialidades).
PG346/2014:152597	08-01-2014	134535804	Manuel Lourenço Sebastião / Estrada de Perofarinha, 710 - Alagoa - Martinchel	Construção de muro de vedação / Estrada de Perofarinha, 710 - Alagoa - Martinchel	Despacho	15-06-2015	Indeferido pedido, nos termos da informação técnica, devendo formular-se o indispensável período de audiência prévia escrita de 10 (dez) dias úteis, nos moldes do CPA.

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 30.06.2015

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG13810/2013:137686	17-09-2013	123220408	António Manuel Domingas Madeiras / Rua José Régio, n.º 18 - 1.º A - Palmela	Legalização de arrecadações agrícolas / Rua Principal, n.º 34 - Arreciadas - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	11-06-2015	Deferido pedido de autorização de utilização.
PG3646/2015:212393	06-03-2015	103833269	Fernando José Rodrigues Monteiro / Rua da Fonte Quente, n.º 43 - Alferrarede - União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	- Rua da Fonte Quente, n.º 43 - Alferrarede - União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e AlferraredeConstrução de anexo destinado a arrumos / cozinha rústica	Despacho	12-06-2015	Indeferido pedido de licença, nos termos do n.º 4 do Artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, devendo formular-se período de audiência prévia escrita, pelo período de 10 (dez) dias úteis, nos termos dos Artigos 121.º e Artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo.
PG14262/2014:191986	09-10-2014	112727387	Francisco Martins Gonçalves / Rua da Barca, n.º 177 - Barca do Pego - Alferrarede - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Legalização / alteração de edificações - Rua da Barca, n.º 177 - Barca do Pego - Alferrarede - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	12-06-2015	Deferida licença, nos termos sugeridos

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 25/06/2015

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2015/06/30

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data				Número	Tip	Data
06.01	09000136	2009/04/02	RJE	10000229	2010/02/10	0114127212	JOAO DA CONCEIÇÃO CUSTÓDIO	reconstrução moradia	15000021	DES	2015/06/11
						cm00014973	RUA DA EIRA, N° 50 Medroa	Rua da Eira, n.º 50 Medroa	T E O R		
								03.06.2015: Indeferido nos termos da informação.			

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuje ***